

FATORES POLÍTICOS E ECONÔMICOS NA RELAÇÃO DIRETA DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Robson da Silva Ferreira¹
Deysiene Cruz²

RESUMO: O projeto político e econômico que conduz a sociedade brasileira, está direcionado a responder as demandas imediatas do capitalismo. Consequentemente coloca o desenvolvimento sócio-intelectual e humano, tratada como simples resposta de uma economia saudável. A metodologia usada no artigo traz a perspectiva do materialismo histórico, em uma reflexão crítico-dialética. Buscamos ainda apresentar o contexto da organização e estrutura do ensino superior no país desde sua construção e mudanças históricas. Pesquisamos a compreensão de discentes/docentes sobre a subordinação à qual a educação superior se encontra e o compromisso sócio-político do Estado. Nessa perspectiva, aplicamos um questionário estruturado, com caráter quantitativo e qualitativo. A análise dos dados destaca a influência do fator “etnia/raça” ao acesso, inexistência de escola sem partido, educação superior como melhor que prepara para o mercado de trabalho, classifica o investimento com educação superior como pessoal e sócio-econômico, além de classificar o congelamento de gastos com educação como incoerente, o que para nós acaba por sugerir a necessidade desse debate no seio da sociedade.

Palavras - chave: Educação superior. Neoliberalismo. Projeto político-econômico.

ABSTRACT: The political-economic project that conducts the Brazilian society aims to respond the immediate demands of capitalism. As a consequence, it treats the social-intellectual development as a response of a healthy economy. The methodology used in this article brings the perspective of the historical materialism in a critical-dialectic reflection. Yet, we seek to present the context of higher education's organization and structure in Brazil, since its construction and historical changes. We researched students' and professors' comprehension about the subordination that the higher education faces and de Government's social-political commitment. In this perspective, we applied a structured questionnaire with a quantitative and qualitative character. The data analysis highlights the influence of “ethnicity/race” factor, regarding access to education; inexistence of unpolitical schools; higher education as the best institution to prepare for the job market; classifies investments in higher education as personal and social-economic, in addition to classifying the budget-freezing in education as incoherent, which for us ends to suggest the need of this debate within society.

KEYWORDS: Higher education. Neoliberalism. Political-economic project.

¹ Bacharel em Serviço Social na Faculdade Visconde de Cairu- FAVIC

² Professora e orientadora no curso de Serviço Social na Faculdade Visconde de Cairu. Assistente Social nas áreas de Direitos Humanos.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo se propõe a estudar os fatores político-econômico em relação ao ingresso no ensino superior. No intuito de colocar em debate a acessibilidade para a educação superior brasileira, fomos buscar argumentação em sua historicidade, promovendo uma reflexão teórico-metodológica em busca de uma análise crítica, na ideia de estruturar uma compreensão, levando-se em conta fatores de ordem política, econômica, social, cultural entre outros. Nesse processo surge a seguinte questão: A crise político-econômica tem interferido na relação direta do acesso ao ensino superior?

Sistematicamente pautamos e interpretamos a educação e a escola em aspectos sócio-político através de estudos sociológico, filosófico e pedagógico de Durkheim, Saviani e Paulo Freire. Contextualizamos a história da educação superior brasileira a partir da criação das primeiras instituições de Ensino Superior (1808) que surgiram no Brasil. Segundo os estudos há uma tendência de mercantilização do ensino, através do projeto “Neoliberal” que se mostra uma evolução do Liberalismo. Propomos analisar a ligação e/ou “subordinação” da educação frente à crise político-econômica brasileira, pautadas nas colocações trazidas por: Murrach (1996), Karl Marx (1859), Friedrich Engels (1983) e Graciani (1982). Nesse contexto analisamos, desde o surgimento da “Educação superior no Brasil” buscando à realidade atual, através de sua relação político-econômica.

No que tange a “Metodologia” o presente artigo tem enfoque no método dialético para compreender histórica, social e culturalmente os fatores político-econômico na relação direta no acesso ao ensino superior brasileiro. Esta pesquisa, consiste também em uma pesquisa exploratória pois esse artigo visa explorar, para além do arcabouço descritivo, tendo como base teórica Gil (2008) e Marx e Engels (2007).

Elaboramos e aplicamos um questionário entre discentes e docentes de diversos espaços acadêmicos, buscando seus respectivos entendimentos no que tange à temática proposta, sendo decisivo na exclusão e/ou inclusão de determinados grupos ou segmentos da sociedade, a pesquisa teve um caráter quantitativo e qualitativo. Por fim definimos três objetivos específicos; contextualizar a trajetória do ensino superior no Brasil; compreender as novas bases da educação superior, pós neoliberalismo, por último norteado entre a ligação e/ou subordinação da educação frente à crise político-econômica, assunto ao qual demandou a aplicação de um questionário com discentes/docentes de IES da cidade de Salvador-Bahia.

2. PONTOS ESTRATÉGICOS NA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.

Discorrer sobre o acesso à educação superior no Brasil, requer uma exploração previa sobre sua história e os fenômenos que a cercam. Nesse momento a forma que definimos foi através de uma abordagem que leva em consideração aspectos legais e político-econômico. Conforme Libâneo (2004, p.169) “A escola é uma organização socialmente construída e, como prática social, a educação é fenômeno essencialmente humano e, portanto, tem historicidade”.

Desse modo ela pode caracterizar-se articulando aspectos contraditórios, como opressão e democracia, intolerância e paciência, autoritarismo e respeito, conservadorismo e transformação, sem nunca ser neutra, pois, se permite a opção, não admite a neutralidade, tem caráter político; e, como prática social que faz parte do contexto geral da sociedade, a educação assume diferentes modalidades. (LIBÂNIO,2004, p. 169).

2.1 Educação e Escola, por que e para quem?

Nesse momento, buscamos definir “Educação e Escola” enfatizando os seus respectivos papéis na sociedade. Aqui entendemos a função da educação e subsequente da escola, como uma construção histórica. Para Durkheim (2001, p.4) “compreender um fato social consiste, em primeiro lugar, identificar as causas e os fins para que ele serve” O autor ainda define “Educação é entendida como inteiramente dependente da estrutura social”.

Na perspectiva Althusser (1976, p.47) nos contempla ao definir (escola, cultura e informação) como “Aparelhos Ideológico do Estado”. Para Saviani (1983, p.19) “as críticas em torno de uma tradicional pedagogia, deram origem a outra teoria de educação que mantinha a crença no poder da escola e em sua função de equalização social. Para Victor Meyer JR. No artigo *A ESCOLA COMO ORGANIZAÇÃO COMPLEXA* (2007, p.232). Afirma que:

Sua característica essencial fundamenta-se nos benefícios gerados pela educação às pessoas e à sociedade em geral. O papel da escola, como uma das mais importantes organizações é reforçado no mundo atual pelas demandas de uma nova sociedade que privilegia o conhecimento e cuja economia está fundamentada no capital intelectual e na criatividade. (MEYER JR., 2007, p. 232)

Estamos nos referindo à **escola** pois nesse dado momento da história da educação brasileira, não existiam às IES³. Souza⁴ (2001, p.7) destaca que “até 1530 no Brasil, não se organizaram vilas nem governos”.

Ora, se por tantos anos a colônia só contou com bugres e raros colonizadores, tendo as primeiras povoações surgido por necessidade de defesa contra os corsários franceses, ingleses, espanhóis e holandeses, do que por decisão de assentamento populacional, para quem se abriam escolas? E, além do mais, escolas superiores? (SOUZA, 2001, ps.7-8)

Os portugueses desembarcaram no Brasil e logo depararam-se com os nativos com uma estrutura bem diversificada, ou seja, cada agrupamento indígena possuía características próprias presentes na cultura, na religião, na linguagem e também no modo em que se passava o conhecimento. Nesse sentido Cruz (2010) afirma “primeiramente, eles foram utilizados como mão de obra em operações de escambo, segundo, com o início do processo de colonização”. Podemos afirmar que os grupos indígenas passaram a conhecer e ter que se adaptar, em um novo modelo sócio-educacional. Saviani (2010) afirma:

A transmissão de conhecimentos se dava de forma direta na vida cotidiana. As preleções dos *principais* eram muito importantes pela experiência dos membros mais velhos das tribos. Os índios aprendiam de forma espontânea e não programada. Aprendiam pela força da tradição, pela força da ação e do exemplo. (Saviani, 2010, p. 36,37)

Segundo Oliveira (2010, p.7) “A educação jesuítica baseava-se em uma doutrina rígida em que o professor não se afastava em matéria filosófica de Aristóteles, e teológica de Santo Tomás de Aquino”. Para Raymundo (1998, p.43) “A ordem dos Jesuítas é produto de um interesse mútuo entre a Coroa de Portugal e o Papado”. Contavam com uma população formada por nativos e colonizadores brancos, ampliada com a numerosa mão de obra escrava oriunda da África. Aos escravos negros não era concedido qualquer direito à educação e os homens brancos (as mulheres estavam excluídas) estudavam nos colégios religiosos ou iam

³ IES (Instituições de Ensino Superior)

⁴ Paulo Nathanael Pereira de Souza, economista, educador e doutor em Educação, é dono de uma longa e variada experiência educacional, que vai do Ensino fundamental, onde começou sua carreira, até o de pós-graduação, onde leciona Estrutura e Funcionamento da Educação Superior. Sua obra “LDB E EDUCAÇÃO SUPERIOR” tem como objetivo, descrever o estado de arte da educação superior brasileira, nos seus mais relevantes aspectos, e ao mesmo tempo analisar as estratégias e possibilidades que para ela se abrem, em termos após a edição da Lei nº 9.394/96(Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

para a Europa. Os colégios de jesuítas negavam as matrículas de mestiços mas tiveram que ceder já que recebiam os subsídios de "escolas públicas".

2.1.1 Direcionamento Produtivo; produzindo as escolas de ensino superior

No final do século XVIII há uma forte mudança no rumo da sociedade brasileira, no sentido político-econômico, a "decadência das lavouras tradicionais" causando o "deslocamento da primazia econômica", saindo assim do Nordeste para o Sudeste. Ousamos dizer que o modelo educacional está interligado à necessidade da produção, ou seja, no momento em que a política-econômica define mudanças no modo de produção as fazem também na sociedade brasileira. Segundo Martins (2002) “as primeiras escolas de ensino superior foram fundadas no Brasil em 1808 com a chegada da família real portuguesa ao país”. Em conformidade Graciani (1982) completa em afirmar “O nascimento do ensino superior no Brasil tem muito a ver com Napoleão Bonaparte. ”

Neste ano, foram criadas as escolas de Cirurgia e Anatomia em Salvador (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia), a de Anatomia e Cirurgia, no Rio de Janeiro (atual Faculdade de Medicina da UFRJ) e a Academia da Guarda Marinha, também no Rio. Até o final do século XIX existiam apenas 24 estabelecimentos de ensino superior no Brasil com cerca de 10.000 estudantes. (GRACIANI, 1982, p.67)

A elite detentora do poder não vislumbrava vantagens na criação de *Universidades* (termo usado para definir Instituições de Ensino Superior, os autores estão usando tal termo, pois, assim era denominado na Europa). Souza (1997, p.7) afirma “como se vê, o ensino superior no Brasil nasce no modelo de instituto isolado e de natureza profissionalizante. E nasce elitista, apenas para atender os filhos da aristocracia colonial. ” No ano de 1824, o Imperador do Brasil D. Pedro I outorgou, o Art. 179 da constituição política, que em seu inciso XXXII, definiu que “a educação primaria é gratuita para todos os cidadãos”, devemos ressaltar que apesar da sua forte presença na sociedade o escravo não é entendido como “cidadão brasileiro⁵”. Ainda segundo Souza “A Constituição outorgada em 25 de março de 1824 por D. Pedro I, assegurou no artigo 179, n° 33, a instalação em todo o País de “colégios e universidades”, o que, como tantas outras coisas constantes dos sucessivos textos constitucionais que esse País já teve, só ficaria mesmo no papel”.

Depois de 1850 observou-se uma discreta ampliação do ensino superior, limitado às profissões liberais em poucas instituições públicas, era contida pela capacidade de

⁵ Art. 179, TITULO 2º - Dos Cidadãos Brasileiros. Art. 6. São Cidadãos Brasileiros - I. Os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.

investimentos do governo central e dependia de sua vontade política. Em 1920 inicia-se um debate sobre a criação de universidades, não se restringindo mais a questões estritamente políticas (grau de controle estatal), mas ao conceito de universidade e suas funções na sociedade, para Teixeira (1998, p.3) “A universidade deveria ter o papel de destruir o isolamento” ainda segundo o autor esse processo se daria “por meio da socialização do saber e de sua aquisição”. Que se dá dentro de um processo criativo, que possibilite o transformar e o ensinar. Para Saviani a questão educacional é ideológica.

Segundo a concepção dos tecnocratas brasileiros, pode se obter uma inteligência política, ou técnica, ou burocrática, a baixo custo: não se pode, entretanto, elevar todo o povo ao nível da verdadeira inteligência (isto é, ao nível da percepção crítica) e da verdadeira competência, sem um custo altíssimo. (Saviani, 1983, pag.58).

O surgimento do ensino superior no país deu-se inicialmente sob a forma de cadeiras que foram sucedidas por cursos, escolas e por faculdades. Karl Marx (1859, p.2), afirma que “o modo de produção e as relações de produção condicionam o processo social, político e intelectual”. Fávero (2006, p. 18) indica que “foram realizadas tentativas de superação da organização universitária existente, no intuito de torná-las instituições orgânicas integradas”.

No governo provisório de Getúlio Vargas promoveu-se (em 1931) ampla reforma educacional, que ficou conhecida como Reforma Francisco Campos, autorizou e regulamentou o funcionamento das universidades. O Estado por ideologia não entendia a educação como um direito, muda seu posicionamento diante da necessidade de qualificar mão-de-obra, para expansão do processo de industrialização.

Em 1934 encontraremos na constituição dez artigos (148 a 158), estritamente dedicados à educação, subtraídos com o advento do Estado Novo. A constituição de 1937 colocou toda normativa da ação educativa como exclusiva do Ministério da Educação, na Carta que foi imposta de forma ditatorial e centralizadora pela ditadura varguista, apresentou um breve capítulo dedicado a educação, contendo seis artigos (do 128 ao 133), seu destaque encontrava se no artigo 129 que discrimina o ensino profissional e as crianças pobres: “O ensino pré-vocacional e profissional, destinado às classes menos favorecidas, é em matéria de educação o primeiro dever do estado⁶”. O regime militar iniciado em 1964 desmantelou o movimento estudantil e manteve sob vigilância as universidades públicas, encaradas como focos de subversão, ocorrendo em consequência o expurgo de importantes lideranças do ensino superior e a expansão do setor privado.

⁶ (www.planalto.gov.br).

Não se pretende ignorar a impossibilidade prática de conciliar, satisfatoriamente, a qualidade e a quantidade nessa fase de crescimento explosivo. A baixa de qualidade seria inevitável, mas os seus ricos seriam em grande parte neutralizados...tudo é feito, na educação, dentro do status quo disfarçado por uma política aumentativa, que muda números, mas não muda as coisas numeradas. (Saviani, 1983, pag.60)

A Reforma Universitária de 1968, basicamente voltada para as instituições públicas, tornou a graduação a partir de um sistema de créditos, sem um sólido sistema de orientação, o aluno deveria escolher as disciplinas. Mesmo com o grande desenvolvimento dos movimentos sociais durante anos não tivemos muitos avanços na educação brasileira, há de ressaltar que estamos retratando o período ditatorial que foi marcado por forte opressão do Estado.

Com o fim da ditadura brasileira temos na Constituição Federal de 1988 um direcionamento legal, no entendimento jurídico ao dispor no art. 206, inciso I, que “o ensino será ministrado com base no princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Que estabeleceu “como dever do Estado e, enquanto realidade social, não foge ao controle do Direito”, para nós a um só tempo, a educação representa tanto mecanismo de desenvolvimento pessoal do indivíduo, como da própria sociedade em que ele se insere, com maior ou menor abrangência foram marcadas pela ideologia de sua época.

Documentos oficiais da UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) da década de 90 já anunciavam a preocupação com a grande expansão do ensino superior na América Latina e apontavam para a adoção de uma política de financiamento que considerasse recursos tanto da esfera pública quanto da esfera privada. As políticas educacionais, decorrentes do processo de reestruturação produtiva do capital pelo qual passa o capitalismo mundial, devem ser compreendidas no âmbito das transformações geopolíticas, econômicas e culturais em curso. Após um longo período de estagnação o Ensino Superior brasileiro, começou a recuperar sua capacidade de crescimento.

2.2. Liberalismo: A porta para o futuro neoliberal

Com o despontar do século XX, temos no Brasil uma nova visão de desenvolvimento econômico, político, intelectual e social. Os ideais liberais que surgiram na Europa no século XVII, em trabalhos publicados pelo filósofo inglês John Locke e ganharam força com as ideias do escocês Adam Smith como uma ideologia dominante, muito além da *Utopia burguesa revolucionária* do século XVIII. Essa nova cultura se deu no século XIX, penetrou nas instituições jurídicas; educacionais; religiosas; europeias, norte-americanas e dos países

de capitalismo periférico. Em suma o projeto Liberal vê a educação com a função social de preparar para o mercado de trabalho.

A educação liberal sofreu grandes adaptações, a partir da década de 1980, por todas as partes do mundo e originalizou uma nova versão desse mesmo projeto. O Neoliberalismo que surge como uma resposta política-ideológica contrária ao Keynesianismo e Welfare State.

No Brasil o projeto neoliberal se instaura no governo Collor, mas tem um avanço significativo de seus ideais no governo de Fernando Henrique, como uma reação ao Estado do Bem-Estar Social, contra a social democracia. Segundo Draibe (1993) “repercussões da proposta neoliberal no campo das políticas sociais são nítidas, tornando-se cada vez mais focalizadas, mais descentralizadas, mais privatizadas”. Para uma correlação do movimento político-econômico sobre a educação superior, fomos buscar nos escritos de Milton Friedman (1912-2006), constatou que existe menos diferença entre um supermercado de primeira linha – voltado para a classe privilegiada – e um supermercado instalado na periferia de uma cidade, do que entre uma escola de um bairro rico e uma escola de um bairro pobre.

Friedman considera que “esse controle é impossível no sistema atual, pois a grande maioria dos pais, em face de suas limitações econômicas, são obrigados a matricular suas crianças somente em escolas públicas”. Para nós a educação orientada pelas diretrizes neoliberais, de mercado, desloca-se do campo social para o político-econômico. Marrach (1996) fundamenta em três objetivos a frente neoliberal referente ao papel estratégico da educação; - *Educação exclusivamente voltada para as necessidades do mercado, logo definida como preparação para o trabalho – A escola passa a ser uma transmissora do doutrinario-ideológico da classe dominante – Escola funcionando estruturalmente como o Mercado para os produtos da indústria cultural e da informática.*

O que muda na educação? Temos mudança do paradigma dominante, expressas nos objetivos escolares e outras tendências educacionais que estão se configurando. O ensino brasileiro se renova para adaptar-se às novas necessidades político-econômica. Para Zainko e Coelho (2007) “A instituição universitária em sua função de formar tecnicamente as elites profissionais”. O problema da crise da universidade brasileira segundo os autores:

Sua necessária adequação e articulação com as demandas do desenvolvimento nacional adquirem expressão nacional. Os debates acerca da modernização da universidade brasileira têm como foco as questões referentes à autonomia e gestão, à estrutura, à organização e a seu papel na promoção do desenvolvimento da nação. (ZAINKO E COELHO p.92)

Tratamos aqui da educação, enquanto fator primordial para o desenvolvimento socio-econômico e para a integração nacional, enquanto meio para a racionalização e modernização de uma nação, conforme posicionamento do então Presidente da República, general Arthur da Costa e Silva ao determinar o Decreto nº 62.937⁷, por entender educação “um problema”.

A educação na década de 1970, teve uma trajetória com objetivos definidos, no entanto, não alcançados. Seguiu ordens políticas da época. O governo militar preocupado em manter uma sociedade sob controle, tinha na educação um poderoso meio de transmissão ideológica. No final da década de 80 temos depois de muitos movimentos a favor da democratização político brasileira, a promulgação da Constituição Federal de 1988 conhecida como “Cidadã”, que referencia como deve ser o tratamento dos assuntos pertinentes a Educação. Começando no Artigo 205, que a define como: “*direito de todos e dever do estado*” e findando no Artigo 214 no qual determina ao poder público “*o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações*”. (Brasília,2017)

Porém o projeto Constitucional esbarrou nas demandas e consequências econômicas e sociais da nova fase do desenvolvimento capitalista, que determinou tanto a necessidade de ampliação do acesso ao ensino superior, quanto impôs a racionalização das atividades universitárias para a obtenção de maior eficiência e produtividade. Na ótica de Sguissardi (1995, p.555), ficou marcado que “A insatisfação cívica encontrou um Estado profundamente questionado em sua organização pelas bandeiras neoliberais do Estado mínimo”. Além de que a constituição de 88 consagrou uma longa tradição ao definir “Cabe à União coordenar as políticas e manter a sua própria rede que inclui as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e escolas técnicas”.

Os filhos da classe média, reduzidas suas possibilidades de ascensão social diante das mudanças na economia e na base científico tecnológica, invadiram as instituições de ensino superior para constituírem a preciosa clientela do novo e bem-sucedido empresariado escolar. A demanda de mão-de-obra qualificada para suprir as necessidades do novo modelo econômico

⁷O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 83, item II, da Constituição; CONSIDERANDO que a educação é problema de importância fundamental para o País, assim como instrumento de valorização da pessoa humana, como elemento essencial à criação de riquezas; CONSIDERANDO que nas diretrizes setoriais para a educação, do Plano Estratégico do Desenvolvimento, estão expressos os princípios através dos quais se realizará a reforma universitária; CONSIDERANDO, ainda, que a solução do problema do mais alto sentido para a ascensão social da comunidade brasileira, deve associar os esforços e a colaboração efetiva de educadores, cientistas, especialistas e estudantes... (www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62937-2-julho-1968-404810-publicacaooriginal-1-pe.html)

revelou-se, limitada e de satisfação bastante rápida, os segmentos da sociedade civil envolvidos tomaram consciência de um outro gênero de inflação. (Sguissardi, 1995, p. 556)

Nota-se que através de uma linguagem disfarçada, sobre os ideários de eficiência, de produtividade e modernização, Sguissardi (1995) define essa nova visão no sentido de “podem se maquiagem ou simplesmente utilizar-se das mesmas palavras (democratização, participação, autonomia, descentralização, justiça social etc.) com novos significados”.

A partir de 1990 temos no setor público de ensino a criação de diversas instituições estaduais. O problema apontado por Durham (1999), é que ao mesmo momento as matrículas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) praticamente não aumentaram ou foram inferiores às demais dependências administrativas e à média nacional. Com o Impeachment do então Presidente Fernando Collor de Melo, um clima de instabilidade político-econômica, fortaleceu o pensamento neoliberal do então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso (1993). O qual se tornou Presidente nas eleições de 1994. Segundo Borges e Lúccena (2013) “O novo plano econômico almejou uma considerável redução nos índices de inflação, juntamente com um rigoroso ajuste fiscal.” Sobre o governo FHC as autoras ainda indicam:

Marcado pelo ideário neoliberal, e pela reestruturação do capitalismo, fez com que as privatizações marcadas no superior de ensino favorecessem a expansão da rede privada, o que aumentou, conseqüentemente, a procura pelos cursos de graduação em Administração, curso este que se aproximava das lógicas e necessidades do mercado. (BORGES e LÚCCENA, 2013)

As privatizações de empresas estatais e o enxugamento do Estado foram destaque da política neoliberal. Nesse direcionamento o Estado brasileiro se apresenta como um facilitador às políticas privativas, colocando a relação educacional como mercadoria e transforma o saber em um produto. A educação superior entra na lógica do Capital, o qual define seu valor de uso e ao mesmo tempo lhe sucumbi o seu valor social.

Para o Capital a real definição do papel social correspondente ao ato de educar, coloca em risco seu processo evolutivo. Nesse viés definimos a mercantilização da educação superior brasileira como um problema conforme aponta Vasconcelos, (2000, p.38) “ Podemos analisar que todas as IES têm sido reduzidas a mero curso técnico de nível superior, ou seja, prepara os alunos para o trabalho”, o que justifica a afirmação que esse projeto não se preocupa com a qualidade do ensino. Nossa análise se baseia na concepção do pensamento de Marx e Engels, trazendo como proposta de estudo as constantes lutas de classes, intrínsecas nas sociedades, sinalizando que todo fato tem historicidade, ou seja, não deve ser analisado isoladamente.

A produção econômica e a estrutura social dela necessária decorrente, em qualquer época histórica, constituem a base da história política e intelectual dessa época; que, conseqüentemente, toda a história (desde a dissolução da propriedade comunitária das terras) tem sido uma história de lutas de classes, lutas entre classes exploradas e exploradoras, dominadas e dominantes, em diferentes etapas do desenvolvimento social. (ENGELS, 1883, p. 43)

Qual o sentido de uma economia dita como “global” condicionar bases estruturais de certa sociedade? Segundo Graciani (1982, p.67) isso é definido “pela ordem classista própria do modo de produção do capitalismo”. Em seus estudos a mesma autora sugere que “a estrutura organizacional das universidades brasileiras está ajustada ao modelo político-econômico implementado”. Seria o que Freire (1981) define como o estado de *imersão da consciência oprimida*, ou seja, as elites dominadoras, na sua atuação política são eficientes no uso da concepção “bancária” (em que a conquista é um dos instrumentos). Conforme Santos e Becker, ao classificarem nossa era como caracterizada por duas ditaduras: “ditadura da informação e ditadura do dinheiro”. Ainda Santos e Becker (2007, p.18) “Impõe à produção da história concreta dos homens a partir de um discurso único perfeitamente elaborado e que se torna acreditável a partir de bombardeio das mídias, mas também a partir da chancela da universidade”.

As ações do dinheiro ou do capital no sentido de conquistar os espaços, representa essa ideologia a qual definimos como “utopia burguesa”, baseada em manter a subserviência do proletariado.

2.3 Ampliação do acesso

Logo no início do Século XXI, vivenciamos uma brusca mudança no âmbito político brasileiro. A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, como Presidente da República em 2002, foi marcada por avanços e sobretudo por um crescimento “Socio-econômico”, o acesso aos níveis mais elevados da educação passou a ser tratado como um direito de todo cidadão brasileiro (não mais direcionado a uma “elite intelectual”), para Porto e Régnier (2003, p.62)

... Resultante da posse de um governo com orientação de esquerda em uma ampla aliança e um forte apoio popular. O governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, surpreendeu todas as expectativas de mudança radical e riscos de desestabilização da vulnerável economia brasileira, e está implementando uma política macroeconômica austera. (pag.62)

No âmbito da educação, os indicadores quantitativos de acesso aos diversos níveis de ensino demonstraram uma evolução, porém com evidências de perda de qualidade dos processos educativos (marcas do neoliberalismo). O MEC elaborou uma agenda de metas para

o curto, médio e longo prazos, destacamos as pertinentes ao ensino superior: *Novo ensino profissionalizante implantado (em 2004)*; *Implantação do Sistema Brasileiro de Formação do Professor (em 2004)*; *Definição de um novo projeto para a universidade brasileira (em 2003)*; *Ampliação da autonomia das universidades federais (a partir de 2003)*; *Criação do PAE, o novo FIES (em 2003)*; *Recuperação do sistema de hospitais universitários (até 2005)*; *Implantação da Universidade Aberta do Brasil (em 2003)*. A priorização de investimentos em políticas sociais, na ideia de estimular o crescimento socioeconômico, a exemplo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes que manteve algumas características.

Além do Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes - Enade, que substituiu o Exame Nacional de Cursos – ENC, o atual sistema Estudos em Avaliação Educacional, é composto pela auto-avaliação institucional, pela avaliação institucional externa, pela avaliação das condições de ensino e instrumentos de informação, o que caracteriza, ao menos teoricamente, um sistema abrangente e adequado à noção de complexidade, debatida no âmbito da qualidade. BURLAMAQUI, (2008, p.146)

Somado a isso temos o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, visando a apoiar a transformação do ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros. (MEC, Plano de Desenvolvimento da Educação, 2003). Esse desenvolvimento se deu com o repasse de verbas para programas sociais como “Bolsa Família⁸”, “FIES⁹”, “Pro Uni¹⁰”, “Reuni” (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007), tem como funções: *Promover, consolidar, ampliar e aprofundar processos de transformação da universidade pública, para a expansão da oferta de vagas do ensino superior, de modo decisivo e sustentado, com*

⁸ Bolsa Família (É um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. O programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde) Fonte: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>

⁹O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitas na forma da Lei 10.260/2001. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. Fonte: <http://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=fies>

¹⁰ ProUni (É um programa do Ministério da Educação, criado em 2004, que oferece bolsas de estudo a estudantes brasileiros, sem diploma de nível superior, para cursos de graduação, em instituições de educação superior privadas. Fonte: <http://prouniportal.mec.gov.br/informacoes-aos-candidatos/18-o-que-e-o-prouni>

qualidade acadêmica, cobertura territorial, inclusão social e formação adequada aos novos paradigmas social e econômico vigentes (Reuni, 2007, p.9). O Governo promoveu pequenas mudanças na política econômica e na política social que, embora não cheguem a alterar a dependência econômica e financeira da economia nacional e as condições de vida da população trabalhadora, deram um novo fôlego político a esse modelo antinacional e antipopular de capitalismo. (Boito Junior 2006, p. 7)

Na perspectiva de enfrentar a suposta “crise” instaurada pelo processo neoliberal, se iniciou um processo de reforma da universidade brasileira visou algumas medidas prioritárias como: expansão e ampliação das vagas, autonomia universitária e refinanciamento da universidade pública, estabelecimento de uma nova regulação entre os sistemas público e privado conforme Lima (2007) “as diretrizes da Reforma da Educação Superior do governo Lula foram determinadas pelos Organismos Internacionais conforme citado em páginas anteriores, em grande parte pelas diretrizes que foram defendidas no documento realizado pelo GTI¹¹”. Divergindo com governos antecessores e se distanciando da lógica mercantilista.

Bem estreitamente público, em razão de suas condições de competitividade, exigibilidade (pode-se obtê-lo mediante pagamento) e recusa (não é requerido por todos). Essas características corresponderiam mais a um bem privado do que a um bem público. Além disso, os consumidores em geral estariam bem informados a respeito e os provedores, mal informados, estariam dadas “as condições ideais para o funcionamento das forças de mercado” (Word Bank, 1998, p.5)

Gentili (1998) destaca ainda que o “Banco Mundial se configura como o principal defensor das políticas educacionais, constituindo-se em agente preponderante nas políticas de reestruturação econômica e educacional”. Nessa estrutura a educação passa a ser entendida como um investimento em capital humano individual que habilita as pessoas para a competição pelos empregos disponíveis. Entretanto, vislumbramos que o acesso a diferentes graus de escolaridade amplia as condições de empregabilidade do indivíduo, o que, por sua vez, não lhe garante emprego, vista as crises constantes do capitalismo no mundo, e sobretudo, pelo fator político-econômico, que se distancia do bem-estar social, na ideia de manter uma “dita” economia ativa (Saviani, 2008).

Com a eleição de Dilma Rousseff, em 2010, se faz necessário um novo recorte, ao falarmos do acesso à educação superior “o sistema de cotas¹²” que tem sido motivo de debates

¹¹Grupo de Trabalho Interministerial, instituído pelo Decreto de 20 de outubro de 2003

¹²A Lei nº 12.711/2012, sancionada em agosto deste ano, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência. As vagas reservadas às cotas

calorosos na sociedade brasileira. Considerada uma resposta à dívida histórica do Brasil com afrodescendentes, derivada do tempo da escravidão, a lei determinou que as instituições implementassem as cotas gradualmente, com reserva de, no mínimo, 50% das vagas em até 4 anos. (Brasil, 2018).

4. Resultados

Elaboramos e aplicamos um questionário entre discentes e docentes, de diversos espaços acadêmicos abrangendo IES pública e privada, cujo objetivo principal foi investigar a influência do processo político-econômico no acesso ao ensino superior, que corroboram para exclusão e/ou inclusão de determinados grupos ou segmentos da sociedade. Para responder os questionários da pesquisa definimos um prazo de (dez) 10 dias, no qual obtivemos o número de 75 participantes.

No objetivo de identificar o público perguntamos: sua etnia/raça; identidade de gênero; sexo e situação civil. O quinto item da referida pesquisa define os fatores econômicos, que são de total importância ao que se refere ao acesso e permanência na educação superior. A renda familiar apresentada seguiu os critérios da Associação Brasileira de Empresas e Pesquisa (ABEPS). Buscamos uma relação entre a historicidade familiar/educação superior.

Entendemos que o discurso de uma educação na qual contemplasse toda a população brasileira “direito social”, para a classe dominante expressava seus próprios interesses e neles incluiu os interesses das demais classes. Os dados apontam para tendências que julgamos contraditórias, desde que, o item 5º da pesquisa evidencia que a origem socioeconômica dos pesquisados os colocam nos respectivos grupos “**vulneráveis, baixa classe média e média classe média**”. Então como explicar que 66,2% dos pesquisados estão locados em IES particulares, 19,5% nas filantrópicas e apenas 18,2% nas públicas? Ora! O que está por trás desses números, são os programas de acesso ao ensino superior.

Ao correlacionar os fatores “gênero” e “etnia/raça” o público que foi maioria do sexo feminino (76,6%), respondem que o fator gênero não interfere no acesso ao ensino superior, conforme destacou 59,2% dos participantes. Entretanto, quando essa mesma análise é sobre o fator etnia/raça 64,9% responderam que interfere no acesso.

(50% do total de vagas da instituição) serão subdivididas — metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, também será levado em conta percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (Fonte: <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>)

O que pode apontar para uma sociedade menos machista, porém, evidencia a realidade sobre o racismo, fortemente presente na sociedade brasileira. Matéria do G1¹³, aponta que 63,7% dos brasileiros entrevistados acreditam que a cor ou raça influencia na vida. O estudo No que se refere a questão étnico/racial em relação ao acesso, urge a necessidade de analisarmos como vem sendo entendida a política de “cotas” na visão dos pesquisados. Na pesquisa: 54% diz ser necessário, 25% classifica como indispensável, 12 % sinalizam como desnecessária, pouco mais de 6% pontuam como inconsistente e mais de 3% dizem desconhecer o assunto.

Acreditamos que toda ação individual de certa forma trará uma representação coletiva, conforme Marx e Engels (2007) “a história é composta de estágios, nos quais, resultam materialmente, as forças de produção”. Partindo desse pensamento, buscamos entender como cada um classifica o investimento na educação superior e qual melhor educação prepara para o trabalho.

No último ponto perguntamos sobre investimento com educação por parte do governo brasileiro. Tivemos praticamente um consenso, no qual mais de 96% responderam não concordar com o congelamento por 20 anos nos gastos com educação definido pelo governo a partir de 2016 com, para enfrentamento da suposta “crise”, menos de 5% se dividiram entre os que concordam e desconhecem o assunto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou entender que em sua trajetória a educação brasileira e principalmente o ensino superior foi direcionado para uma classe social, além de atender as demandas de mercado, o que ao nosso entendimento é fator preponderante para manutenção da visível desigualdade social brasileira, atrelado a isso, pôde-se perceber a necessidade de uma vontade política para o desenvolvimento socioeconômico, que estruturaria uma nação bem-educada. Na busca da compreensão dessa realidade, definimos três objetivos específicos.

O primeiro, contextualizamos a trajetória do ensino superior no Brasil, através de revisões literárias, compreender a trajetória permitiu adentrar no segundo objetivo, as novas

¹³ Levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), coletou informações em 2008, em uma amostra de cerca de 15 mil residências realizada em cinco estados e no Distrito Federal. Entre as unidades pesquisadas, o maior percentual de pessoas que acredita que a raça ou a cor influencia na vida foi registrado no Distrito Federal (77%) e o menor no Amazonas (54,8%). As mulheres apresentam percentual maior do que os homens: 66,8% delas disseram que a cor ou raça influenciava, contra 60,2% deles. (G1, acesso em 25-01-2019 as 04:05)

bases da educação superior, pós neoliberalismo, com tendência a mercantilização do ensino, buscamos nas legislações brasileira, leis que caracterizassem esse processo já evidenciado por vários autores, suporte indispensável ao que trazemos no último objetivo, norteado entre a ligação e/ou subordinação da educação frente à crise político-econômica, assunto ao qual demandou a aplicação de um questionário com discentes/docentes de IES da cidade de Salvador-Bahia.

Os dados coletados na pesquisa, sinalizam para fatores significativos, como o número de pessoas com a renda familiar classificada como “vulnerável”, entretanto ampla maioria estão em IES particulares (66,2%) ou filantrópicas (19,5%), cabendo dessa forma uma maior apreciação acerca de como, os espaços acadêmicos têm se preparado para acolher esse público, que historicamente estavam fora deste contexto e grande parte são oriundos de escolas públicas. Interessante que quase 100% das respostas sinalizaram quão se mostra incoerente o congelamento de gastos com educação por parte do governo, de modo que compreendem o investimento com educação superior enquanto socioeconômico e pessoal, indo mais além, anuem como sendo o que melhor prepara para o mercado de trabalho.

A inquietação para esse estudo gira em torno do entendimento sobre fatores político-econômico condicionarem o acesso à educação superior brasileira, o que definimos como “utopia burguesa” em manter a subserviência, para isso retiraram a educação do campo social e praticamente transportam para o campo econômico, visando atender às demandas do capital, ainda que resguardando algumas características, muda o significado de educar, mesmo que mantenham o discurso educacional como resposta às demandas das lutas sociais, no sentido de atender as objetivos da classe burguesa, que fica explícito ao subordinar a educação (superior) às rédeas sobretudo de fatores político-econômico.

O objeto ao qual direcionamos todo o estudo, se mostra de extrema relevância para discussões acadêmicas, a ponto de nos permitir sugeri-lo para outras categorias, não tão somente ao Serviço Social, visto que, contempla discussões da Sociologia, Política, Economia, entre outras. No entendimento que a educação em seus diversos níveis é a base para o crescimento individual e social (socioeconômico, sócio-político), assim abarcará todas as estruturas da sociedade. Para nós é evidente a necessidade de uma ampliação do estudo, assim como sua divulgação e abertura para a sociedade. Portanto pretendemos seguir nessa linha dos estudos para um projeto ainda mais amplo na pós-graduação.

7 REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis, *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Editorial Presença, LISBOA; São Paulo: Presença, 1976. ps. 47,48,49.

BORGES, Camila Cunha Araújo, LUCENA, Carlos Alberto 2013 – Capa v.4 n I Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 691-713, out. 2007 .

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index>. Acesso em 18/12/2018 às 02:00hs.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Gestão da educação escolar. Brasília, 2004. UnB/CEAD.

BRASIL. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto>. Acesso em 18/12/2018 às 04:55 hs.

BURLAMAQUI, Marco Guilherme Bravo. *AVALIAÇÃO E QUALIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: tendências na literatura e algumas implicações para o sistema de avaliação brasileiro*. Brasília, 2008.

DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*, 17º ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1987, ps.16,19,27,34,38

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários á Pratica Educativa*, 17º ed. Rio de Janeiro, 2001, p.52.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. *Liberdade de escolher: o novo liberalismo econômico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1984.

GENTILI, P. *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1995.

GIL, Antônio Carlos: *Métodos e Técnicas de pesquisa social/ 6º edição*. São Paulo: Atlas, 2008.

GRACIANI, Maria Stela Santos. *O ensino superior no Brasil: a estrutura de poder na universidade em questão*, Petrópolis, Ed. Vozes. 1982, p.60,63,67,75.

GRAMSCI, Antônio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1978

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola: teoria e prática. 5. ed. Revisada e ampliada. Goiânia: Alternativa, 2004, ps. 168,169.

LINO, Lucília Augusta, MORGAN, Karine Vichiect. Do documento final da Conae ao Plano Nacional de Educação: uma análise da meta 19. Revista online de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 22, n. esp.1, p. 67-83, mar, 2018.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. O Manifesto Comunista. 3ª edição, São Paulo, Global, 1988.

MARX, Karl. O Capital. Vol. 2. 3ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988.

MORAES, Ignez Navarro de. Educação Brasileira: uma nova lei de diretrizes e bases. Universidade e Sociedade. Brasília: ANDES, 1991, ps.37-47.

RÉGNIER, Claudio, PORTO, Karla. O Ensino Superior no Mundo e no Brasil – Condicionantes, Tendências e Cenários para o Horizonte 2003-2025 - Uma Abordagem Exploratória,2003. Disponível em <http://portal.Mec.gov>. Acesso em

SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2008.

SAVIANI, Demerval. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política! – Ed.32°. Campinas-SP: Autores Associados, 1983. - (Coleção polêmicas do nosso tempo; v.s.)

SAVIANI, Demerval. Educação e Colonização: as ideias pedagógicas no Brasil. Campinas-SP. ed. autores associados. 2010, os. 36,37.

SCHWARTZMAN, Simon; DURHAM, Eunice. Avaliação do ensino superior. São Paulo: EDUSP, 1992.

SGUISSARDI, Valdemar. Para Avaliar Propostas de Avaliação do Ensino Superior no mundo e no Brasil – UNIMEP- Brasília, v76, n.184. Set/dez 1995.

SOUSA, Paulo Nathaniel Pereira. Ldb e Ensino Superior – Estrutura e Funcionamento. São Paulo: Pioneira, 1997. ps. 7,8,9,10.

XIMENES, Daniel de Aquino (org.) Avaliação e regulação da educação superior: experiências e desafios. Brasília: Funadesp, 2005.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm

<http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html> Acesso em. 08-01-2019, 02:55.